

## **Agricultura camponesa e produção de alimentos na Amazônia: uma análise sobre os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre**

**Lucas Gabriel da Silva Moraes**

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.

e-mail: [lucasmgeo@gmail.com](mailto:lucasmgeo@gmail.com)

**Karina Furini da Ponte**

Universidade Federal do Acre (UFAC) – Rio Branco, Acre, Brasil.

e-mail: [karinaponte211@hotmail.com](mailto:karinaponte211@hotmail.com)

### **Resumo**

Este artigo faz uma análise a respeito dos desafios enfrentados pela agricultura familiar camponesa na produção de alimentos em Rio Branco-AC. Tal análise baseou-se no contexto histórico de formação e recriação do campesinato amazônico-acriano e na ação contraditória do Estado enquanto protagonista das iniciativas desenvolvimentistas no Acre a partir da década de 1970. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. Por meio da metodologia utilizada, analisamos as ações do Estado no processo de criação de políticas de incentivo à agricultura familiar camponesa, como o Pronaf e o PAA, e a importância dessas políticas no âmbito dos projetos de assentamento, neste caso os polos agroflorestais. Além disso, evidenciamos as principais dificuldades enfrentadas pelos camponeses na produção de alimentos para o mercado local, considerando, principalmente, a queda nos investimentos e o despreparo do governo para resolver tais questões. Nessa perspectiva, e tendo em vista o atual sucateamento das políticas públicas, pensar em desenvolvimento rural parece uma realidade cada vez mais distante.

**Palavras-chave:** Campesinato; políticas públicas; programa de aquisição de alimentos.

### **Peasant agriculture and food production in the Amazon: an analysis of agroforestry poles in Rio Branco, Acre**

### **Abstract**

This article makes an analysis of the challenges faced by peasant family agriculture in food production in Rio Branco-AC. This analysis was based on the historical context of the formation and recreation of the peasantry developed in the Amazon region, specifically in Acre, Brazil. It is also analyzed the contradictory action of the State as a protagonist of development initiatives in Acre since the 1970s. The research was based on a bibliographic survey and semi-structured interviews. Through the methodology used, we analyzed the actions of the State in the process of creating policies to encourage peasant family agriculture - such as Pronaf and PAA - and the importance of these policies in the scope of settlement projects, in this case the agroforestry poles. In addition, we highlight the main difficulties faced by peasants in producing food for the local market, especially considering the decline in investments and the unpreparedness of the government to resolve these

issues. From this perspective, and considering the current scrapping of public policies, thinking about rural development seems to be an increasingly distant reality.

**Keywords:** Peasantry; public policies; food acquisition program.

## **Agricultura campesina y producción de alimentos en la Amazonía: un análisis de los polos agroforestales en Rio Branco, Acre**

### **Resumén**

Este artículo analiza los desafíos que enfrenta la agricultura familiar campesina en la producción de alimentos en Río Branco-AC. Este análisis se basó en el contexto histórico de la formación y recreación del campesinado amazónico, especialmente en Acre, Brasil. También hace un análisis de la acción contradictoria del Estado como protagonista de las iniciativas de desarrollo en Acre desde los años de 1970. La investigación se basó en una pesquisa bibliográfica y en la realización de entrevistas semiestructuradas. Por medio de la metodología utilizada, analizamos las acciones del Estado en el proceso de creación de políticas de fomento a la agricultura familiar campesina - como el Pronaf y el PAA- y la importancia de estas políticas en el ámbito de los proyectos de asentamiento, en este caso los polos agroforestales. Además, destacamos las principales dificultades a las que se enfrentan los campesinos en la producción de alimentos para el mercado local, sobre todo teniendo en cuenta la caída de las inversiones y la falta de preparación del gobierno para resolver estas cuestiones. Desde esta perspectiva, y ante el actual desguace de las políticas públicas, pensar en el desarrollo rural parece una realidad cada vez más lejana.

**Palabras clave:** Campesinado; políticas públicas; programa de adquisición de alimentos.

### **Introdução**

Para entender o processo de formação do campesinato é preciso levar em consideração o fato de que os camponeses se diferenciam de uma sociedade para outra e dentro de uma mesma sociedade devido a sua diversidade (SHANIN, 1980). Na Amazônia, os estudos sobre o campesinato têm demonstrado sua relevância ao longo dos anos frente a dificuldade de se estabelecer um modelo de desenvolvimento rural que compreenda a diversidade de sujeitos e amenize o desequilíbrio de investimentos para a agricultura na região. Durante décadas, o estado do Acre teve o extrativismo da borracha como principal atividade econômica, mas o avanço do modelo capitalista de desenvolvimento propagou desigualdades, especialmente em relação a posse da terra para os camponeses.

A história do campesinato acriano está vinculada ao contexto dos seringais e do trabalho de nordestinos, indígenas e colonos no extrativismo da borracha. Muitos vieram para a Amazônia em busca de melhores condições de vida e trabalho, mas, com o aumento da demanda internacional por borracha, esses sujeitos foram inseridos na lógica do mercado internacional através da exploração de sua força de trabalho e de sua relação com a floresta (MARTINELLO, 1988; RANZI, 2008).

Conforme Martinello (1988), os “ciclos da borracha” foram os fenômenos socioeconômicos mais expressivos que ocorreram na Amazônia entre o final do século XIX e metade do século XX. A maioria dos estudos consideram dois principais ciclos: o primeiro entre 1879 e 1912, quando o mercado da borracha teve grande valorização devido a Revolução Industrial; e o segundo entre 1939 e 1945, período referente à Segunda Guerra Mundial. O produto atingiu seu ápice de valorização econômica no fim do século XIX e a ambição dos donos de seringais fez de colonos, nordestinos e indígenas escravos do sistema de aviamento.

Durante os períodos de exploração da borracha, o seringal foi a principal estrutura de organização e dominação do trabalho. Para Ranzi (2008), o seringal era a unidade econômica e social mais expressiva da Amazônia, que compreendia uma área geográfica onde se localizavam as árvores do látex, formando a primeira grande unidade de produção local e foi, simultaneamente, mecanismo de profundas modificações no modo de vida dos sujeitos que ali viviam.

O trabalho realizado nos seringais era baseado na relação de compra e venda de produtos (aviamentos) no barracão, administrada pelos seringalistas. Sem saber ler ou escrever e precisando de suprimentos, os seringueiros se tornavam prisioneiros das dívidas do aviamento. Ali se estabelecia uma relação hierárquica: “os seringalistas se prendiam às casas aviadoras e os seringueiros aos seringalistas. Havia uma relação de dependência e de troca de serviços e de obrigações entre todos” (RANZI, 2008, p. 142).

Silva (2013) afirma que duas bases territoriais se instituíram: o seringal e a colocação. Durante o auge mercantil da borracha, os seringueiros não podiam ao menos produzir para o seu sustento. O seringalista exigia toda a força de trabalho para a produção da borracha e, dessa maneira, obrigava o trabalhador a comprar mercadorias do barracão. Entretanto, nas colocações (locais de moradia dos seringueiros) iniciaram-se as primeiras mostras de resistência contra a exploração do sistema, como, por exemplo, os roçados (agricultura de subsistência).

A agricultura de subsistência foi extremamente importante nesse período de formação do campesinato amazônico e se manifestou como forma de resistência nas primeiras crises da borracha. “O roçado era a condição de ter mais autonomia e menos dependência no âmbito da produção e circulação de mercadorias e pessoas na região” (SILVA, 2008, p. 142). Entre 1910 e 1920, durante a crise do primeiro ciclo da borracha, os roçados e a criação de pequenos animais auxiliaram no sustento de muitas famílias de seringueiros (PONTE, 2014). Esse fato é muito importante considerando que, mesmo com sua estreita relação com a floresta, o seringueiro foi ator de sua própria existência ao resistir ao sistema de dominação e assumir características que o fizeram um “camponês da floresta” (SILVA, 2006).

Portanto, para que se possa caracterizar o camponês da Amazônia-acriana, é necessário tomá-lo como fruto das relações contraditórias do capital, relações que se manifestaram nos seringais e no sistema de aviamento durante os ciclos da borracha. Relações que, até a atualidade, se reproduzem a partir de dinâmicas sociais e espaciais na região, influenciando a vida desse sujeito que tem a floresta como espaço de trabalho e de relações socioculturais.

O processo de recriação do campesinato (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2001; FERNANDES, 2005; ALMEIDA, 2006; CAMACHO, 2011) marcou a sobrevivência dos seringueiros durante o período de exploração de sua força de trabalho. Na Amazônia-acriana já havia seringueiros e colonos antes mesmo que a região despertasse o interesse internacional pela borracha. Essa fase provocou evidentes alterações socioespaciais, que, por sua vez, resultaram em uma recriação do campesinato amazônico. O camponês da floresta resistiu e se reinventou ao longo do tempo. Adquiriu características que o assemelham ao camponês sulista, mas, ao mesmo tempo, manteve aquilo que o diferencia culturalmente: a relação com o rio e a floresta.

“O camponês amazônico e sua família trabalham em três ambientes – terra, floresta e água” (WITKOSKI, 2000, p. 01). A relação homem-natureza produz os seus espaços de trabalho e são estes os elementos fundamentais à sua vida. O rio é utilizado pelo camponês como “rua”, como fonte de alimentos e de renda através da pesca. A floresta - como terra firme, várzea e igapó - toma forma de território camponês, seja para o extrativismo, para o roçado e até mesmo para a caça. Para o camponês amazônico, terra e floresta têm significados semelhantes, representam o espaço de trabalho e de moradia, de onde tiram o sustento de suas famílias.

A relação do camponês com o rio não se limita a pesca ou a navegação, mas as dinâmicas da própria natureza permitem a (re)produção social deste sujeito. “A água que submerge e transforma a terra e a vida do homem da várzea na Amazônia, quando dá enchente/cheia dos rios, é a mesma que fecunda o solo para a agricultura e que permite a pesca” (NASCIMENTO, 2015, p. 07). Existe, nesse sentido, uma relação dialética de reciprocidade entre o camponês, a terra e o rio na várzea amazônica.

No Acre, ao longo da história, essas relações homem-natureza são bem semelhantes. O processo de recriação do seringueiro, que trabalhou nos auge da borracha, ocorre a partir da posse da terra e da “recuperação” da autonomia que foi expropriada anteriormente pela empresa extrativista. O fim da Revolução Acriana, em 1903, e da Segunda Guerra Mundial em meados da década de 1945, significou a retomada de direitos do campesinato devido ao declínio da estrutura do aviamento e da dominação dos seringalistas. De acordo com Silva (2006), as relações socioespaciais do camponês com a terra/floresta se tornam mais fortes a partir da mudança econômica que ocorre na região

Amazônica. Com mais autonomia sobre sua força de trabalho, os seringueiros “ampliam suas perspectivas de domínio sobre a terra, formando sua condição de posseiro na colocação como produtor familiar” (SILVA, 2006, p. 57)

A falência dos seringais e a libertação do seringueiro, significaram não só a intensificação da fase de recriação do campesinato amazônico-acriano, mas, o fortalecimento da classe camponesa no estado do Acre, mesmo o extrativismo continuando a ser a principal atividade econômica até meados da década de 1960.

Mais adiante nesse processo, especificamente a partir da década de 1970, a expansão da fronteira agropecuária e as iniciativas do governo federal para integrar economicamente a Amazônia ao restante do país, foram os principais marcos históricos, inclusive no Acre. Esse período representou a (re)inserção da Amazônia na pauta da divisão internacional do trabalho através das chamadas políticas de integração que, dentre outras coisas, buscou a obtenção de capital estrangeiro através de investimentos e estratégias pensadas e executadas de “fora para dentro” (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Dentre as principais políticas criadas pelo Estado durante a década de 1970 estão: o Plano de Integração Nacional (PIN) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's I e II), todos com o objetivo de integração espacial e sobretudo econômica. Na prática, a ação do Estado frente aos planos de integração da Amazônia foi uma forma de entregar uma porção significativa dos recursos naturais da região para o mercado internacional (PORTO-GONÇALVES, 2001; PONTE, 2014).

Dado o avanço dos latifúndios agropecuários e dos projetos de integração, o impacto sobre o campesinato acriano aconteceu de diferentes formas. Esse contexto tem dois lados distintos, ambos atingindo diretamente as famílias que se encontravam em um processo de transição, entre o abandono do extrativismo da borracha e a adoção do sistema de cultivo dos roçados. Por conta do aumento no número de latifúndios, muitos camponeses foram expropriados de suas terras e tiveram como único destino possível as periferias da cidade de Rio Branco. Por outro lado, os que se mantiveram no campo resistiram através da transformação do seu modo de vida e trabalho com a posse da terra. É a partir desse momento que o Estado, como principal agente do desenvolvimento rural, inicia um processo de criação de políticas públicas de fixação do homem no campo. Boa parte dessas políticas propagavam-se como tentativas de se implementar um projeto de Reforma Agrária e iniciar um caminho rumo ao desenvolvimento rural sustentável.

Em 1976, o governo, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criou os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) como uma alternativa para as famílias expropriadas e que passavam a compor a periferia da cidade de Rio Branco. Entretanto, os PAD's tiveram problemas quanto a localização dos lotes e a consequente

dificuldade de escoar a produção agrícola para a cidade, o que acabou sendo determinante para o seu insucesso (SOUZA, PINTO e FIUZA, 2013).

A criação dos polos agroflorestais, em 1993, foi uma alternativa mais eficaz para garantir o acesso à terra e combater o desmatamento. Essa política tem os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como modelo a ser seguido. Além disso, os polos ficam próximos à cidade de Rio Branco, facilitando o escoamento e a comercialização dos produtos agrícolas e possibilitando o fornecimento de assistência técnica pela prefeitura municipal.

Em escala nacional, os anos seguintes significaram um período de “valorização” da agricultura camponesa por parte do Estado. As desigualdades sociais que afetavam diretamente a população rural, fizeram crescer as lutas no campo por melhores condições de vida e trabalho. Uma das conquistas do campesinato foi a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. Esse programa trouxe uma quantidade maior de investimentos para a agricultura camponesa e possibilitou o trabalho familiar nos estabelecimentos agrícolas por todo o Brasil.

Além de crédito rural e insumos para a agricultura, o Pronaf trouxe, vinculado a ele, outras políticas que incentivam o trabalho familiar e, sobretudo, a produção de alimentos para o mercado interno. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das principais políticas que disponibilizam recursos para a compra direta dos produtos da agricultura familiar camponesa em escala nacional. Nos polos agroflorestais de Rio Branco, o PAA é fundamental na garantia de venda de alimentos e tem impacto direto sobre muitas famílias e instituições beneficiárias. Porém, a partir de 2018, com o sucateamento de políticas públicas pelo Estado, os investimentos são cada vez menores e isso tem gerado efeitos negativos para as famílias assentadas.

Tendo em vista o processo de formação do campesinato acriano e os problemas que o acompanham desde então, o objetivo deste artigo é apresentar um breve contexto histórico sobre a formação do campesinato acriano e analisar os desafios do trabalho familiar e da produção de alimentos nos polos agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta, localizados no município de Rio Branco, Acre. Além disso, este trabalho busca evidenciar aspectos do funcionamento do PAA e sua importância para as famílias que vivem nessas localidades. Dessa forma, os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas: i) a *construção teórica* realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental sobre os principais temas abordados; ii) obtenção de *dados secundários* sobre recursos e produção de alimentos no Portal da Transparência Pública do PAA, considerando o período de 2015 a 2018; e iii) realização de *entrevistas semiestruturadas* com camponeses de ambas as localidades analisadas. Vale ressaltar que, para esta pesquisa, foram entrevistados apenas pessoas que estavam ou estiveram, em algum momento, cadastradas no PAA.

O artigo está dividido em duas partes principais: a primeira trata do processo de implementação dos polos agroflorestais como política de reforma agrária no município de Rio Branco; e a segunda aborda aspectos da produção de alimentos nos polos analisados, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas famílias camponesas e os impactos sociais e econômicos do PAA em suas vidas.

### **Os polos agroflorestais e a fixação do homem no campo**

O processo de substituição da atividade extrativista pela pecuária gerou muitos conflitos. Os camponeses que permaneceram nos seringais decidiram lutar pela posse da terra, já que não queriam mais assistir a expulsão de seus familiares e amigos do lugar onde sempre viveram e retiraram seu sustento. Foi então que, na década de 1970, se intensificaram os movimentos de resistência e luta pela terra no Acre iniciados pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Acre (MSTR), tendo Chico Mendes como grande líder (PAULA, 1991).

Com o crescimento dos latifúndios, ocorreu um forte êxodo rural no estado do Acre. A chegada da população rural na cidade acabou provocando o crescimento desordenado da população urbana que, até então, era muito pequena em Rio Branco. Além disso, a expansão da frente agropecuária agravou também os problemas de desmatamento. Essa situação fez com que o governo tivesse que lidar com o inchaço populacional nas periferias da cidade e, ainda, diminuir a degradação ambiental através de políticas que visassem o desenvolvimento rural sustentável.

A população urbana de Rio Branco, que era de aproximadamente 50 mil pessoas na década de 1970, saltou para cerca de 200 mil na década de 1990, o que representava um grande problema, pois a cidade não tinha infraestrutura para abrigar este contingente de pessoas (ACRE, 2008). Por conta disso, formaram-se muitos bairros na periferia da cidade, a maioria formados por camponeses que haviam sido retirados de suas terras. Esses camponeses eram agricultores e filhos de ex-seringueiros que tiveram o acesso à terra dificultado pelo crescimento dos latifúndios no estado. Sabendo dessa dificuldade, o governo viu a necessidade de criar um projeto que garantisse a posse da terra para essas pessoas e, ao mesmo tempo, que priorizasse um sistema agrícola sustentável.

Segundo Duarte (1986), a partir de 1976, com o aumento dos conflitos por terra e o crescimento populacional na cidade, foram criados os primeiros projetos de colonização no Acre por meio de iniciativas do Incra. Os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) tinham o objetivo de assentar ex-seringueiros que tiveram suas terras tomadas por fazendeiros e possibilitavam a melhoria de renda e a prática agrícola. Com acesso à terra, muitos

camponeses tiveram a oportunidade de cultivar seus roçados e garantir o sustento de suas famílias (DUARTE, 1986).

Contudo, o funcionamento dos PADs não ocorreu da maneira que se esperava e os benefícios desse modelo de reforma agrária utilizado pelo governo para controlar o êxodo rural e fortalecer a agricultura foram insuficientes. Souza, Pinto e Fiúza (2013) afirmam que os problemas se deram principalmente em relação à localização dos PADs. Eles ficavam distantes da cidade e isso dificultava o transporte da produção e a ida dos camponeses para a cidade em busca de assistência técnica e comercialização de seus produtos. Ainda de acordo com os autores, faltava infraestrutura adequada para manter essas famílias nos assentamentos. Além disso, o problema da degradação ambiental ainda existia devido a forma como se praticava a agricultura. Mais tarde, tais dificuldades intensificaram a busca por um outro projeto que trouxesse as melhorias de infraestrutura necessárias e que proporcionasse realizar práticas de cultivo mais sustentáveis.

A criação dos polos agroflorestais teve início a partir de 1993, no governo de Jorge Viana, ligado a coligação da Frente Popular (PCB, PC do B, PDT, PPS, PSB, PT E PV) com o objetivo de assentar famílias de ex-seringueiros e agricultores

que estivessem dispostas a voltar a produzir no meio rural, em áreas desapropriadas nas proximidades das vias de circulação com fácil trafegabilidade (rodovias federais e estaduais). A seleção das famílias foi feita de acordo com alguns critérios como: ter aptidão para o trabalho com a terra; morar em áreas de ocupação irregular ou com risco de alagamento, desbarrancamento e deslizamento e que estejam dispostas a voltar a viver no meio rural; não ter emprego no setor público ou privado e ter disponibilidade de mão-de-obra familiar (MACIEL; CAMPOS e SOUZA, 2009, p. 3).

Os polos agroflorestais não deixam de ser projetos de assentamento, os quais no quesito *propriedade da terra* se assemelham bastante aos PADs. Porém, no que diz respeito a infraestrutura, capacidade produtiva e preservação ambiental, se mostram mais eficientes e têm obtido maior sucesso que o modelo anterior, pois atuam nos âmbitos econômico, social e ambiental e pregam uma maior efetividade quanto a assistência técnica por parte do governo. A chave para os melhores resultados são os Sistemas Agroflorestais (SAFs) adotados nos polos. De acordo com a Embrapa (2004), os SAFs são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. A tecnologia ameniza limitações do terreno, minimiza riscos de degradação inerentes à atividade agrícola e otimiza a produtividade a ser obtida. Os SAFs combinam produção agrícola com preservação ambiental, em uma perspectiva sustentável.

Ainda em 1993, foram criados sete polos agroflorestais pelo governo, sendo eles: Hélio Pimenta, Geraldo Fleming, Custódio Freire, Geraldo Mesquita, Benfica, Wilson

Pinheiro e Dom Moacir. Atualmente, os cinco primeiros são administrados pela prefeitura municipal e os dois últimos pelo Governo do Estado. A implantação dessa política agrária foi uma alternativa para incentivar a agricultura de base familiar, inserindo as famílias de ex-seringueiros e agricultores camponeses em terras desapropriadas pelo próprio Estado.

A exemplo da luta por direitos do campesinato que se dava em escala nacional, ex-seringueiros e filhos de ex-seringueiros acrianos agiram de forma coletiva para reivindicar o direito à terra e, a partir dela, o direito ao trabalho. O “sucesso” dos polos agroflorestais fazem parte de um contexto em que os governos do PT apostam nas chamadas políticas de fixação do homem no campo e no desenvolvimento sustentável como planos políticos para o Acre, uma estratégia que se tornou cada vez mais ampla para o fortalecimento e incentivo à agricultura camponesa. Reconhecida a sua importância, especialmente para a produção de alimentos, a agricultura camponesa, ocupa lugar de destaque no abastecimento do mercado local e integra outras políticas públicas, como o PAA.

De acordo com dados do IBGE, em 1996, o valor total produzido em lavouras permanentes e temporárias no estado do Acre correspondia a aproximadamente R\$ 59 mil, dos quais 25,4% eram produzidos no município de Rio Branco. A partir desse ano, percebe-se que a prática de atividades agrícolas passa a ser mais intensa do que em anos anteriores, quando o extrativismo e a pecuária extensiva predominavam. Isso ocorreu devido a intensificação da luta do campesinato e a conseqüente valorização do trabalho familiar rural por parte do Estado, especialmente com a criação do Pronaf nesse mesmo período.

O acesso à terra fez com que a produção familiar mantenha influência no mercado local durante os anos seguintes à implementação dos polos agroflorestais no Acre. A terra e o trabalho familiar nos polos aumentaram a produção agrícola de alimentos, o que é de extrema importância, dada a dificuldade de abastecimento do mercado local. Com o avanço cada vez mais intenso da pecuária extensiva no estado, a agricultura camponesa se tornou a principal produtora de alimentos, principalmente de frutas e verduras.

Conforme dados do IBGE, é possível notar que a produção agrícola ganha novas características a partir dos anos 2000. Nesse ano, os dados referentes às culturas permanentes e temporárias mostram que a produção cresceu gradualmente, apresentando números próximos a R\$ 142 mil. Esse crescimento é resultado não só das políticas estaduais, os investimentos advindos do Pronaf (apesar de desiguais) também tiveram impacto nesse processo, pois as políticas que o compõem garantem renda direta para essas famílias.

O censo agropecuário indica que no ano de 2006 havia aproximadamente 25 mil propriedades familiares no estado do Acre. Destas, apenas 2,7 mil receberam recursos provenientes de programas governamentais de crédito, dos quais apenas 1,6 mil são

recursos advindos do Pronaf. Esse número representa menos que 0,3% da quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil que são subsidiados pelo programa.

Através da análise dos dados do censo agropecuário de 2006 percebe-se um pequeno aumento no total de estabelecimentos no Acre e um aumento significativo no valor total da produção desses estabelecimentos, se comparados aos dados de 1995/6. Entre 1995 e 1996, o IBGE indicou a existência de 23,5 mil estabelecimentos rurais - entre familiares e não familiares com um valor total produzido de R\$ 107,2 mil. Já em 2006 havia 26,3 mil estabelecimentos rurais, sendo 86% de camponeses. Esses estabelecimentos produziram um valor equivalente a R\$ 241 mil. Ou seja, a partir de 2006 houve um aumento de 55,5% do valor total da produção, considerando apenas o que foi produzido em estabelecimentos familiares. Grande parte dos produtos foi comercializada no mercado local, por se tratar de alimentos básicos para a população.

Desse modo, é perceptível a importância do trabalho familiar para a produção de alimentos no campo, sobretudo na Amazônia, onde o extrativismo sempre predominou em relação as lavouras. O camponês acriano demonstrou a capacidade de se reinventar e os roçados são uma forma histórica de resistência do seu modo de vida e trabalho. No decorrer desse processo e a partir do período de “valorização” do trabalho familiar, na década de 1990, essas formas de resistência têm se mostrado ainda mais relevantes no que se refere a manutenção da posse da terra para a produção de alimentos que abastecem o mercado interno.

### **A produção de alimentos nos polos agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta: os impactos do PAA**

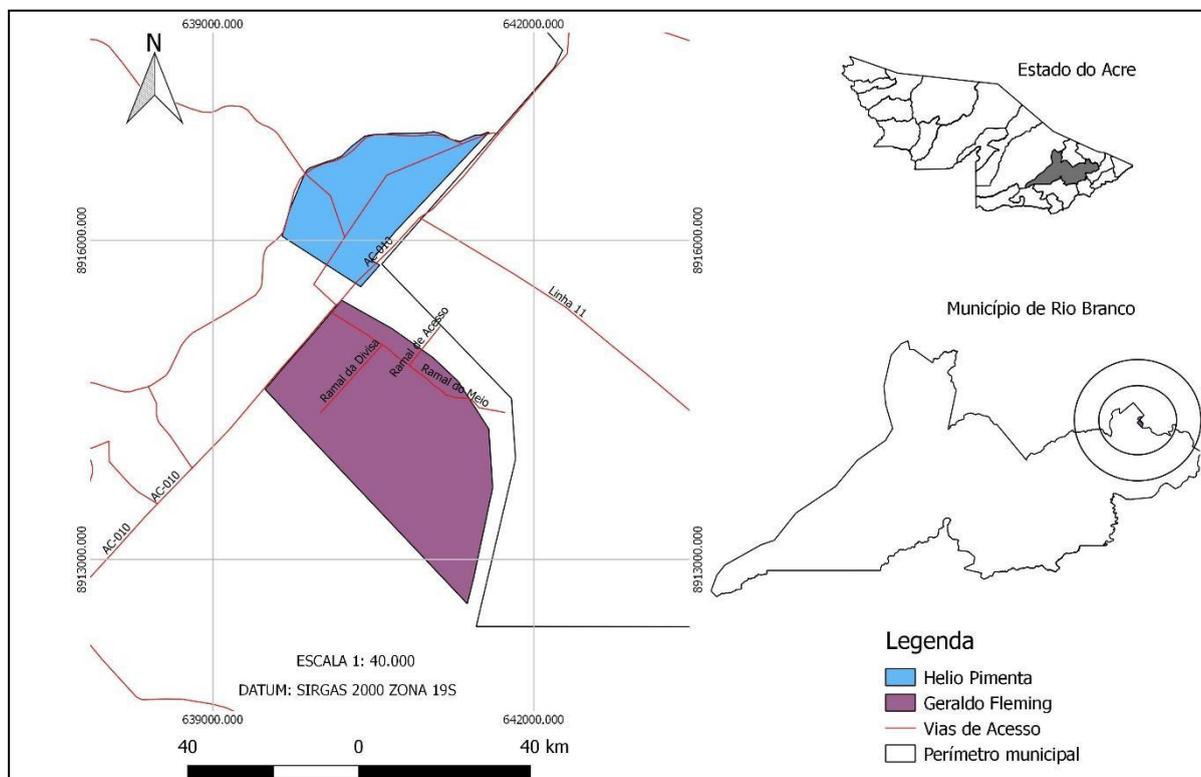
Como já mencionado anteriormente, um dos problemas enfrentados durante a implantação dos PADs era a distância que essas comunidades estavam dos núcleos urbanos, o que atrapalhava o acesso, o escoamento da produção agrícola e o fornecimento de assistência técnica. Os polos agroflorestais trouxeram uma proposta de melhor acessibilidade aos estabelecimentos rurais e de escoamento mais eficiente, através de localidades mais próximas às cidades.

O polo agroflorestal Geraldo Fleming foi criado a partir do Decreto nº 6.075 de 03 de outubro de 2000, fica a nordeste do município de Rio Branco e próximo ao núcleo urbano de Porto Acre. Com uma área total registrada de 300 hectares, o polo foi dividido em 51 lotes de 4,5 a 5 hectares aproximadamente (ACRE, 2009). Já o polo agroflorestal Hélio Pimenta foi criado a partir do decreto nº 5.268 de 1995 e fica no quilômetro 20 da rodovia AC-10, com área total de 138,47 hectares dividida em 35 lotes de 3,5 hectares.

Por estarem situados às margens da rodovia AC-010, a uma distância de aproximadamente 20km do núcleo urbano de Rio Branco, os polos agroflorestais são locais de fácil acesso, o que possibilita não somente o escoamento da produção, mas também permite que o Estado forneça assistência técnica às famílias assentadas (Mapa 1). A localização próxima à cidade de Rio Branco também oferece aos camponeses um mercado consumidor mais amplo, facilitando a comercialização dos produtos agrícolas nas feiras e/ou supermercados locais.

As principais formas de organização coletiva dos camponeses nos polos agroflorestais são as associações. Nos respectivos polos, os camponeses estão vinculados à Associação de Produtores Rurais do Núcleo de Produção Agropecuária Geraldo Fleming e a Associação de Produtores Rurais do Polo Agroflorestal Hélio Pimenta. A associação de produtores rurais é a forma pela qual os camponeses se organizam para buscar melhorias para a comunidade e para ter acesso aos programas do governo, vinculados ao Pronaf. A associação serve de 'ponte' entre a comunidade e a prefeitura municipal, e todas as reuniões com órgãos do Estado, como por exemplo, a Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta (Safrá), a Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semeia), acontecem na sede da associação.

**Mapa 1: Localização dos Polos Agroflorestais Geraldo Fleming e Hélio Pimenta.**



Fonte: IBGE (2019); Org: Os autores, 2020.

Cabe às secretarias municipais oferecerem assistência técnica para viabilizar a produção agrícola nos polos agrofloretais, bem como, permitir que os camponeses estejam aptos a adquirirem crédito rural e benefícios oriundos do Pronaf. Esse programa tem o objetivo de melhorar a renda das famílias camponesas e aumentar a produção agrícola para o mercado interno. No âmbito dos polos agrofloretais, o Pronaf tem atuado principalmente através do PAA. A criação dos polos agrofloretais, assim como a implementação de outras políticas públicas, foi uma conquista da luta camponesa. Apesar dos problemas, – dos quais alguns serão aqui abordados – essas políticas têm demonstrado bons resultados até os dias atuais, fazendo da produção familiar uma das principais fontes de alimento para garantir a segurança alimentar da população de Rio Branco.

A importância da agricultura familiar camponesa merece destaque no Brasil. Ela é a principal responsável pela produção de alimentos que garantem a segurança alimentar da população. “O setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país” (BRASIL, 2017). O trabalho no interior dos estabelecimentos familiares é de extrema importância para abastecer o mercado interno, tendo em vista a política agrícola de exportação de *commodities* ainda vigente no país.

Diante desse cenário, pretende-se, neste momento, apresentar dados sobre a produção familiar de alimentos nos polos Geraldo Fleming e Hélio Pimenta. Os dados foram obtidos através do Portal da Transparência Pública do PAA, considerando o período de 2015 a 2018. A análise dos dados busca reafirmar a importância da produção de alimentos para o abastecimento do mercado local e para a garantia da segurança alimentar no município de Rio Branco. Além disso, foram realizadas entrevistas com 16 camponeses, sendo 8 de cada polo agroflorestral estudado. O objetivo das entrevistas, por sua vez, foi identificar as principais dificuldades enfrentadas na produção de alimentos nas duas localidades analisadas e os impactos do PAA na vida dessas famílias.

Criado em 2003 como uma das ações do programa Fome Zero, o PAA tem o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura de base familiar. Para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos da agricultura familiar com dispensa de licitação e a preços baseados na cotação do mercado da região, destinando-os a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Para possibilitar o acesso de diferentes tipos de cooperativas e associações, o PAA foi dividido em cinco modalidades específicas, sendo elas: compra com doação simultânea, compra direta, formação de estoques, PAA leite e compra institucional.

Os dados obtidos na pesquisa mostraram que a influência do PAA nos polos agrofloretais é considerável, apesar dos problemas evidenciados pelos entrevistados. No

período entre 2015 e 2018, Geraldo Fleming e Hélio Pimenta receberam quantias variadas de investimentos, o que impactou diretamente na quantidade produzida e na percepção dos entrevistados em relação ao programa.

O programa é muito bom, ele dá uma renda boa e ajuda a gente a comprar equipamentos, pagar as contas, melhorar de vida.” (Entrevistado 3, Polo Geraldo Fleming, 2018)

O PAA é bom, só que precisa pagar mais. As vezes a gente tem muito problema pra plantar porque a terra é ruim ou falta equipamento. O governo tinha que dar mais atenção pra nós.” (Entrevistado 5, Polo Hélio Pimenta, 2018)

De acordo com os camponeses entrevistados, a produção de alimentos nos polos agroflorestais é dificultada por uma série de fatores, principalmente, àqueles ligados à *assistência técnica* no polo Hélio Pimenta e as *pragas na plantação* no polo Geraldo Fleming. Outro fator importante é o investimento na compra de alimentos através dos recursos do PAA, que têm diminuído consideravelmente nos últimos anos.

Falta mais apoio do governo. Como a gente não tem equipamentos próprios, precisa sempre de trator, de caminhão [...] e nem sempre a gente tem. Isso tudo dificulta o trabalho, porque não tem assistência de qualidade do governo. (Entrevistado 2, Polo Hélio Pimenta, 2018)

Eu sei que o PAA é importante porque a gente produz e o governo compra direto da gente. Isso é muito bom! Só que ultimamente eles têm comprado pouco, vem pouco dinheiro e as vezes só uma vez por ano. Eles precisam comprar mais e pagar melhor pelos produtos. (Entrevistado 7, Polo Geraldo Fleming, 2018)

Ao longo dos anos, os projetos agrários demonstram que garantir o acesso à terra não é suficiente. É necessário, sobretudo, que o trabalho no estabelecimento familiar seja possível. Que haja, basicamente, insumos agrícolas, assistência técnica rural e condições de infraestrutura viáveis para escoamento da produção. Oferecer as condições necessárias para o trabalho nos estabelecimentos agrícolas é ainda mais essencial quando se pensa em abastecimento do mercado local, em produção de alimentos e não somente em agricultura de subsistência.

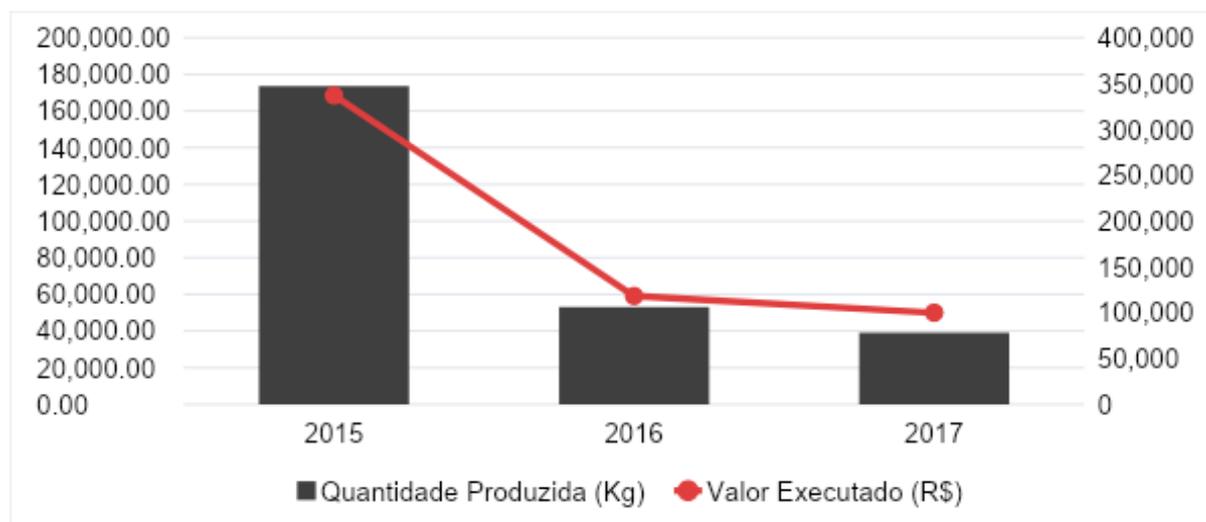
Conforme os relatos dos entrevistados, a assistência técnica não ocorre da maneira e na frequência com que deveria. A grande maioria relatou que o grau de participação das instituições ligadas à prefeitura é baixo e que elas apenas auxiliam com o escoamento da produção e oferecem cursos técnicos eventualmente. O fornecimento de maquinários, a infraestrutura dos ramais, o auxílio no combate às pragas, são alguns dos problemas que afetam a produção agrícola nos polos agroflorestais analisados. Além disso, o PAA, enquanto principal programa de subsídio na compra de alimentos, tem sido preterido por

muitas famílias devido a baixa quantia de recursos destinadas ao programa nos últimos anos.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os camponeses do polo agroflorestal Geraldo Fleming aderiram ao PAA no ano de 2012 com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de aproximadamente R\$ 108 mil, que foi formalizado em parcelas de R\$ 4,5 mil para cada família.

O Gráfico 01 mostra os valores executados e a quantidade de alimentos produzidos no período de 2015 a 2017. Houve uma queda brusca na produção de alimentos e nos recursos executados no polo agroflorestal Geraldo Fleming durante o período analisado. Em 2015 foi executada uma quantia de R\$ 336 mil e, em 2017, ocorre uma queda significativa para R\$ 99 mil. Isso se deve, primeiramente, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo Temer em 2016. De acordo com Macedo (2017) foi no final desse ano que o PAA sofreu um corte de 40% no orçamento, o que afetou milhares de famílias camponesas. O MDS também foi afetado no mesmo ano, conforme a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), os recursos que em 2016 foram de R\$ 526 milhões, caíram para R\$ 171 milhões em 2017.

**Gráfico 01: Dados da produção de alimentos no polo agroflorestal Geraldo Fleming fornecidos ao PAA pela modalidade de Compra com Doação Simultânea no período de 2015 a 2017.**



Fonte: Conab (2018); Org: Os autores (2020).

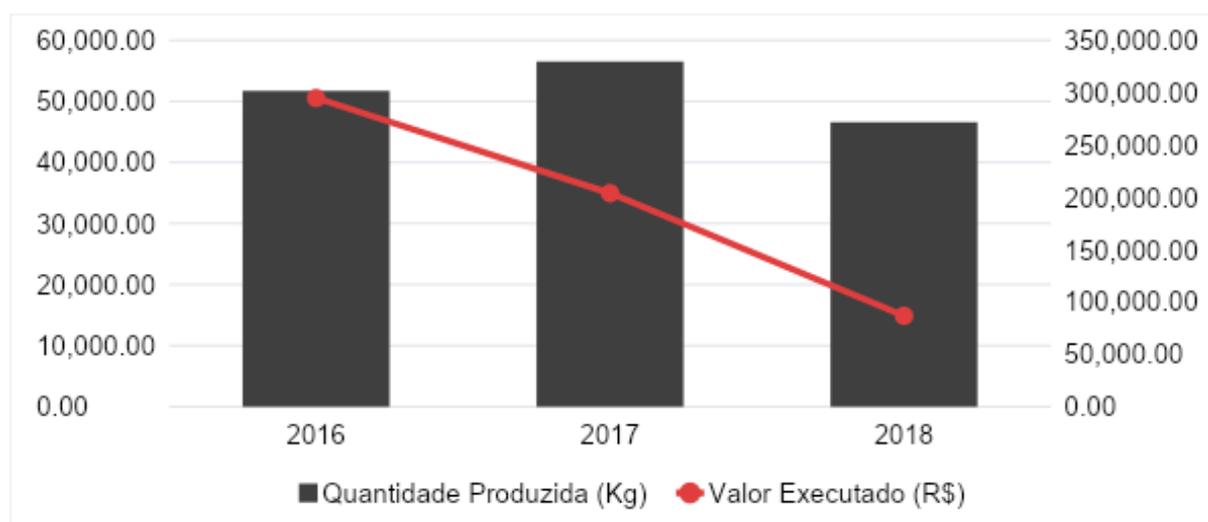
No polo agroflorestal Hélio Pimenta a situação não foi diferente. Após aderirem ao PAA em 2010, com recursos do MDS de aproximadamente R\$ 445 mil, os camponeses enfrentam a diminuição de recursos a cada ano. O valor executado em 2016 foi de R\$ 294,8 mil e caiu para R\$ 86,8 mil no ano de 2018, conforme aponta o Gráfico 2.

A queda nos investimentos destinados aos dois polos representa não somente a diminuição da garantia de compra pelo programa, mas também das doações para

instituições beneficiadas, que passaram de 91,7 mil para 41,3 mil em todo o país (MACEDO, 2017). Além disso, é preciso considerar que o dinheiro recebido através do PAA é, para grande parte das famílias assentadas, uma fonte de renda que tem impacto direto sobre a produção agrícola nos estabelecimentos. Sem a garantia de venda dos produtos, essas famílias passam a depender da instabilidade do mercado, o que muitas vezes acaba prejudicando a produção por falta de recursos para insumos agrícolas, por exemplo.

Apesar do evidente sucateamento do PAA, os camponeses produzem uma quantidade significativa e variada de alimentos, conforme apontam os dados da Conab. Parte desses alimentos é comercializada na cidade de Rio Branco e a outra parte é fornecida para o programa ao longo do ano, de acordo com a quantia destinada para a região.

**Gráfico 02: Dados da produção de alimentos no polo agroflorestral Hélio Pimenta fornecidos ao PAA pela modalidade de Compra com Doação Simultânea nos anos de 2016 a 2018.**



Fonte: Conab (2018); Org: Os autores (2020).

O Portal da Transparência Pública do PAA mostra que os produtos agrícolas produzidos nos polos agroflorestrais e adquiridos através da compra institucional é baseada em frutas e hortaliças (cheiro-verde, couve, alface, tomate, abóbora, mandioca, laranja, limão, banana etc.), frango, ovos e leite.

As instituições beneficiadas com os alimentos dos polos Geraldo Fleming e Hélio Pimenta são principalmente as creches de Rio Branco. Nos meses de colheita, os caminhões da prefeitura vão para as sedes das associações para realizar o escoamento da produção agrícola para a cidade, de onde vão para as Centrais de Abastecimento (Ceasas), creches, feiras, supermercados etc.

Durante a análise das entrevistas foram identificadas questões importantes, tanto no que se refere aos impactos socioeconômicos do PAA, quanto aos desafios para a

produção de alimentos nos polos agroflorestais. A maioria dos entrevistados relatou que suas condições financeiras atuais são boas ou ótimas e que o PAA trouxe melhorias, como a aquisição de bens, melhoria de infraestrutura da propriedade etc. Mais precisamente, 80% dos entrevistados responderam que a melhoria financeira foi o fator principal para aderirem ao PAA, enquanto os outros 20% indicaram a garantia de venda dos produtos.

Com esse programa a gente tem garantia da venda dos produtos e o dinheiro ajuda muito. Quando eu entrei eu esperava aumentar o meu lucro, aumentar as vendas. Esse dinheiro que eu recebo ajuda a pagar a faculdade da minha filha. (Entrevistado 8, Hélio Pimenta, 2018)

O dinheiro ajudou a construir a estrutura da cooperativa que a gente tem aqui no polo. Quando eu entrei no programa eu queria melhorar minha renda e sempre acreditei que ele ia ajudar todo mundo a vender mais produtos, além do que é vendido nas feiras. (Entrevistado 7, Geraldo Fleming, 2018)

Tendo em vista os problemas apontados pelos camponeses, é possível afirmar que ainda existe muito a ser feito nos polos agroflorestais, principalmente no que diz respeito a assistência técnica. Os benefícios existem e são de fato importantes para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Além de garantir a posse da terra, os polos agroflorestais trouxeram oportunidades de garantia de renda através de outras políticas públicas integradas, como o Pronaf e o PAA. Essas políticas públicas são resultado da luta do campesinato no Brasil e precisam continuar ativas e ter seus problemas analisados para fortalecer ainda mais a produção familiar e manter essas famílias com condições de trabalhar no campo, evitando o abandono ou venda de suas terras.

Diante do atual cenário de sucateamento das políticas públicas que visam a agricultura familiar camponesa se torna inviável o desenvolvimento rural sustentável. Programas como o PAA, que demonstram melhorias das condições de vida de seus beneficiários têm recebido cada vez menos recursos, se tornando burocráticos e muitas vezes ineficientes. No Brasil de hoje, vivencia-se o completo desmanche de uma estrutura que foi construída por meio da luta e da resistência dos camponeses ao longo dos anos e que de fato começava a apresentar melhorias de alguns dos principais problemas que afetam o meio rural no país, como no caso da reforma agrária.

## **Considerações finais**

Com base no que foi discutido ao longo deste artigo, é possível dizer que a formação social do campesinato amazônico-acriano teve influência, especialmente, das relações contraditórias do capital monopolista internacional durante os ciclos da borracha. Tais relações impulsionaram um processo de recriação de suas formas de vida e trabalho na

floresta, semelhante ao que ocorreu com os camponeses do sul do país. Foram processos semelhantes, porém, com atores e territórios diferentes. Além disso, a região amazônica, de modo geral, passa por um processo de transição de sistemas econômicos, saindo de um modelo extrativista para um outro, baseado na expansão da frente agropecuária e posterior ação estatal para a sua integração nacional e desenvolvimento agrário.

A década de 1990 trouxe avanços para a agricultura camponesa, principalmente com o auge do Pronaf. Dado o desequilíbrio dos investimentos para agricultura, a luta do campesinato fez com que os camponeses finalmente passassem a receber mais oportunidades e uma maior visibilidade para suas demandas. Ainda que isso não tenha significado a total mudança de cenário no país, os programas que buscaram atuar diretamente com a agricultura familiar camponesa trouxeram melhorias de renda e aumentaram a produção agrícola nos estabelecimentos familiares.

No estado do Acre, a política dos polos agroflorestais é uma boa alternativa de acesso à terra para muitas famílias de ex-seringueiros e agricultores. Entretanto, muitos problemas relacionados à infraestrutura e a assistência técnica rural ainda prejudicam essas famílias atualmente. A insatisfação dos entrevistados em relação à assistência fornecida pela prefeitura municipal e à queda nos investimentos advindos do PAA ficou evidente na fala da maioria dos entrevistados. Conforme os dados obtidos, as principais dificuldades enfrentadas nos polos analisados são, portanto: a assistência técnica ineficiente, as pragas na plantação, a falta de infraestrutura dos ramais e o solo infértil.

Em relação ao PAA, a pesquisa demonstrou que o programa tem impacto relevante na vida das famílias dos polos agroflorestais analisados, de modo que a melhoria financeira e a garantia de venda dos produtos foram os principais motivos para a adesão. O programa trouxe benefícios econômicos e sociais para as famílias cadastradas, como a aquisição de bens e insumos, melhoria da infraestrutura da propriedade, pagamento da faculdade dos filhos etc.

Considerando a importância da agricultura familiar camponesa para a produção de alimentos, o sucateamento de políticas públicas como o PAA e o desmanche do MDA significam a materialização do retrocesso na estrutura de políticas públicas que vinha mostrando bons resultados até então. A diminuição de recursos faz com que a atenção do governo às demandas das famílias assentadas seja cada vez menor e que os próprios camponeses deixem de aderir ao programa. A diminuição da compra institucional através do PAA significa, ainda, menos dinheiro para a manutenção dos estabelecimentos familiares para a compra de insumos agrícolas, aluguel de máquinas etc., e menos produtividade. Como consequência dessas dificuldades, o modelo de desenvolvimento rural sustentável que está por trás da ideia dos polos agroflorestais acaba prejudicado, o que pode, em alguns casos, suscitar o abandono e/ou venda da terra.

O Pronaf, em escala nacional, e os polos agroflorestais, a nível local, trouxeram muitos benefícios para as famílias assentadas. No entanto, retroceder e destruir tudo que foi duramente construído pode significar o fim dessas políticas e a intensificação das desigualdades sociais no campo e na cidade, tendo em vista a importância da produção familiar para a garantia da segurança alimentar. Por isso, é necessário que haja cada vez mais estudos sobre políticas públicas que buscam o desenvolvimento rural sustentável, pois existem resultados positivos. Elas melhoram a vida de seus beneficiários, mas precisam de continuidade e aprimoramento de seus principais problemas para que seu impacto seja mais eficaz. As políticas públicas para a agricultura familiar camponesa precisam, antes de qualquer coisa, atentar-se aos potenciais e limitações de cada localidade. No caso da região amazônica, se mostra cada vez mais necessário a criação de políticas públicas que atendam à diversidade de sujeitos que compõem o campesinato, buscando diminuir a desigualdade de investimentos para a agricultura. Dos governos estaduais e prefeituras municipais, espera-se o fornecimento de uma assistência técnica rural mais eficiente e frequente, a viabilidade do escoamento da produção agrícola local e a governança dos problemas e dificuldades presentes no interior dos estabelecimentos familiares.

## Referências

ABAG. **Agricultura familiar perde 67% em compras do governo federal**. Disponível em: <https://goo.gl/NpTJqz>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ACRE. Prefeitura Municipal de Rio Branco – AC. **Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural (ZEAS) – diagnóstico socioeconômico do polo Geraldo Fleming**. Rio Branco, 2008. 54p.

ACRE. Prefeitura Municipal de Rio Branco – AC. Zoneamento econômico, ambiental, social e cultural de Rio Branco – ZEAS. **Plano de desenvolvimento sustentável dos polos agroflorestais de Rio Branco – Acre**. Rio Branco, 2009. 177 p.

ALMEIDA, R. A. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/2TmsTT>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CAMACHO, R. S. Discutindo o paradigma da questão agrária: o movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. **Revista Entre-Lugar**. Dourados, v. 2, n. 3, p. 17-34, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/Mg4jh7>. Acesso em: 04 dez. 2018.

Conab. Companhia Nacional de Abastecimento. **Portal da Transparência Pública do PAA**. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/USQRYU>. Acesso em 24 nov. 2018.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/uffWSX>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DUARTE, E. G. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987, 134p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1986. Disponível: <https://goo.gl/Fj8mBt>. Acesso em: 04 dez. 2018.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistemas Agroflorestais (SAF's)**. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/cq96dj>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 1996. Disponível em: <https://goo.gl/rx2eYv>. Acessado em: 17 jul. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/rx2eYv>. Acessado em: 17 jul. 2018.

MACEDO, E. **Redução no PAA contribui para desmonte da agricultura familiar**. Instituto Humanitas Unisinos. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/YWNoKf>. Acesso em: 23 jun. de 2018.

MACIEL, R. C. G.; CAMPOS, K. P. C.; SOUZA, E. F de. **Diagnóstico socioeconômico da produção familiar rural nos polos agroflorestais do Acre**. Campo Grande, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/Mnnc1F>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Rio Branco: EDUFAC, 1988.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

NASCIMENTO, D. G. A terra/água e o homem na várzea da Amazônia: uma interpretação da vida ribeirinha. **Sociedade e Território**. Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. set. 2015 pp. 5-19. Disponível em: <https://goo.gl/8cQaCb>. Acesso em: 20 jun. 2018.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULA, E. A. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca da liberdade**. 258 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí/RJ, 1991.

PONTE, K. F. **O Desenvolvimento Sustentável e o Controle Social da Natureza e do Trabalho: Um estudo sobre a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)**. 360 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RANZI, C. M. D. **Raízes do Acre**. Rio Branco: ADUFAC, 2008.

SILVA, S. S. A realidade camponesa da produção familiar amazônico-acriana: formação social e expressão territorial. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun, p. 19-43. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/ntgSjE>. Acesso em: 19 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Produção do espaço agrário acreano: “o homem, a terra e a floresta”. In: SILVA, S. S. (Org). **Acre: uma visão temática de sua geografia**. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p.127-174.

\_\_\_\_\_. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. 496 p. Tese (Doutorado em geografia). Presidente Prudente, 2005.

\_\_\_\_\_. Camponeses da floresta: apontamentos para a compreensão da diferenciação dos trabalhadores seringueiros e da formação do campesinato acreano. **Terra Livre**. n. 26, v. 1, Goiânia, p. 45-61, jan-jun. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/jjyFs2>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os Polos Agroflorestais em Rio Branco-AC: uma análise a partir de sua viabilidade econômica e consumo familiar. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 92-112, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/HPFBvj>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 8, n. 7, jul-dez. pp. 1 21, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/MLWzCE>. Acesso em: 19 jun. 2018.

WITKOSKI, A. C. **Florestas de trabalho**: os camponeses amazônicos de várzea e as formas de uso de seus recursos naturais. Encontro Anual da ANPPAS, Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/Xb6hAC>. Acesso em: 19 jun. 2018.

---

## Sobre os autores

---

**Lucas Gabriel da Silva Moraes** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0003-3204-7973>.

---

**Karina Furini da Ponte** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Presidente Prudente. Atualmente é professora na Universidade Federal do Acre (UFAC). **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0002-5780-6449>.

---

## Como citar este artigo

---

MORAES, Lucas Gabriel da Silva; PONTE, Karina Furini da. Agricultura camponesa e produção de alimentos na Amazônia: uma análise sobre os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre. **Revista NERA**, v. 25, n. 63, p. 143-163, mai.-ago., 2022.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor Lucas Gabriel da Silva Moraes ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a autora Karina Furini da Ponte, pelos procedimentos técnicos e orientação do artigo.

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2021.

Devolvido para a revisão em 26 de março de 2022.

Aceito a publicação em 28 de junho de 2022.

---